

Evento	Reunião do Comitê Gestor Regional da Inovação
Data	20/7/2023
Horário	11h
Local	Híbrida – Sala de Reuniões da Presidência e Google Meet
Presentes	<p>I – Samuel Hugo Lima, Desembargador Presidente do Tribunal e Coordenador;</p> <p>II – José Otávio de Souza Ferreira, Desembargador Vice-Presidente Administrativo;</p> <p>III – João Alberto Alves Machado, Desembargador Vice-Presidente Judicial;</p> <p>IV – Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza, Desembargadora Corregedora Regional;</p> <p>V – Daniela Macia Ferraz Giannini, Juíza Auxiliar da Presidência;</p> <p>VI – Guilherme Guimarães Feliciano, Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Judicial;</p> <p>VII – Ana Claudia Pires Ferreira de Lima, Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Bauru;</p> <p>VIII - Mariana Cavarra Bortolon Varejão, Juíza Substituta;</p> <p>IX - Adriana Martorano Amaral Corsetti, Secretária-Geral da Presidência ;</p> <p>X – Paulo Eduardo de Almeida, Secretário-Geral Judiciário;</p> <p>XI – Herbert Wittmann, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações;</p> <p>XII - Iara Cristina Gomes, Assessora de Gestão Estratégica;</p> <p>XIII – Lara de Paula Jorge, servidora de 2º grau indicada pela Presidência;</p> <p>XIV - Viviana Xavier Geraldo Sardin, servidora de 1º grau indicada pela Presidência;</p> <p>XV - Willians Fausto Silva, servidor do Laboratório de Inovação;</p> <p>XVI - Carlos Eduardo Buzan Larica, servidor da Divisão de Apoio às Comissões e Comitês.</p>
Ausências justificadas	<p>I – Antonia Regina Tancini Pestana, Desembargadora Ouvidora;</p> <p>II – Carlos Alberto Bosco, Desembargador Diretor da Escola Judicial;</p> <p>III – Marcelo Garcia Nunes, Desembargador indicado pela Presidência;</p> <p>IV – Flávio Landi, Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa;</p> <p>V – Carlos Eduardo Oliveira Dias, Juiz Auxiliar da Corregedoria;</p> <p>VI – Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser, Diretor-Geral;</p> <p>VII – Patricia Luchi Pesce, Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês.</p>
Pauta / Assuntos	<ol style="list-style-type: none">1. Resolução Administrativa 11/2021 - Plano de Ação;2. Projetos em andamento no TRT-15 (JurisMentor e Jurisdata Science);3. Participação do Co.Labora 15 no Inova JT Summit 23;4. Assuntos gerais.

O Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal e Coordenador do Comitê Gestor Regional da Inovação, Samuel Hugo Lima, cumprimentou e agradeceu a todos pela participação.

A Excelentíssima Magistrada Daniela Macia Ferraz Giannini, Juíza Auxiliar da Presidência, em ato subsequente, expôs a necessidade de apresentação aos membros do Comitê dos avanços em relação à inovação, ao Laboratório e aos projetos em desenvolvimento. Enalteceu a chegada do servidor Willians Fausto Silva, novo integrante do Laboratório de Inovação deste Regional. Destacou que a sua chegada será de grande valia, dado o crescimento exponencial que o Laboratório vem tendo e as enormes perspectivas a médio e longo prazo. Também apresentou o servidor Carlos Eduardo Buzan Larica, que auxiliará a servidora Patricia Luchi Pesce frente à Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, juntamente à inovação. Prosseguiu destacando a estruturação do Laboratório de Inovação que, apesar de ainda não contar com um espaço físico para o exercício de suas atividades, já conta com um fluxo de trabalho e com quatorze laboratoristas já capacitados em Design Thinking, metodologia aplicada à seara tratada.

Apresentou, então, um panorama da inovação no serviço público, com o Decreto nº 5.378/2005, que lançou o Gespública, primeiro programa governamental estruturado com o objetivo de promover melhorias da gestão pública por meio de inovações; o lançamento do InovaGov, em 2015, Programa de Inovação em Gestão no Governo Federal pelo Ministério do Planejamento; em 2016, a inauguração do iGovLab, primeiro Laboratório de Inovação em governo do País, no estado de São Paulo; em 2018, o lançamento do Plano de Transformação Digital do Governo Federal, objetivando utilizar inovações para promover a participação social e a transparência na Administração Pública; em 2020, a criação da Estratégia Nacional de Inovação no Serviço Público; em 2021, a instituição da Política de Gestão de Inovação do Poder Judiciário pela Resolução 395/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em relação ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em 2021, a Resolução 11/2021, que criou a Política de Gestão de Inovação do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região; em 2022, a primeira reunião do Comitê Gestor de Inovação do TRT15 e a aprovação no décimo sexto Encontro Nacional do Poder Judiciário da Meta 9 do CNJ (implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, como avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030; e, em 2023, a contratação e o início de capacitação em metodologia da inovação para um grupo de 20

magistrados e servidores, o desenvolvimento dos primeiros projetos com metodologias de inovação, definição de fluxo de recebimentos de demanda e estabelecimento de equipe e espaço físico para o Laboratório.

Destacou, ainda, o encontro realizado na cidade de Florianópolis, que reuniu todos os Laboratórios de Inovação do país. Em relação aos Laboratórios, ainda que os presentes nos Tribunais da quarta, décima segunda e nona regiões sejam Laboratórios com uma maior maturidade, o Co.Labora15 possui certo destaque. Notou a importância da inovação para o Judiciário, ainda mais em um cenário em que vigora a Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e impactou em demasia o orçamento deste Regional. Neste sentido, dado o escasso espaço orçamentário, a inovação passa a ser uma solução para uma maior eficiência e uma prestação jurisdicional mais efetiva. Inovação, ainda destacou, não se trata simplesmente da “agilidade pela agilidade”, mas, principalmente, no alinhamento à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), induzindo a promoção de trabalho decente, crescimento econômico inclusivo e sustentável da ODS 8 (Objetivo do Desenvolvimento Sustentável nº 8), da ODS 16 (Objetivo do Desenvolvimento Sustentável nº 16), que são instituições eficazes. Essa, na opinião da Excelentíssima Magistrada, seria a grande inovação. Não é celeridade por celeridade, mas celeridade acompanhando o desenvolvimento da sociedade.

Ressaltou, além disso, a metodologia aplicável e a participação dos mais diferentes atores, o pluralismo de ideia e o caráter cooperativo em prol de um objetivo comum. A resolução, neste sentido, é resolvida de forma compartilhada num movimento de convergência, rompendo com a ideia de competição e pensamento autoral, baseada numa relação horizontal, de completa ausência de hierarquia.

Expôs, posteriormente, o trabalho conjunto feito com a servidora Lara de Paula Jorge no processo de aquisição de conhecimento técnico, através de participação em vários encontros acerca do tema inovação e visitas a institutos e órgãos, como, por exemplo, o GNova Lab, Laboratório de Inovação pioneiro do governo federal brasileiro, e o Aurora, Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Inclusive a forma de escolha do nome do Laboratório de Inovação deste Regional foi inspirada na metodologia de criação do nome do Laboratório ora citado, mediante a instituição de concurso. Já no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, acompanharam

uma oficina sobre trabalho escravo e tráfico de pessoas, com participação de trinta pessoas dos mais diferentes segmentos (juízes, auditores fiscais do trabalho, ativistas, quilombolas etc).

Dentre os projetos desenvolvidos por este Tribunal, destaca-se o JURISMENTOR (apoio institucional a Magistrados em casos de grande complexidade e repercussão social, como trabalho escravo e trabalho infantil). Questão trazida pela Excelentíssima Desembargadora Eleonora Coca e pela Excelentíssima Juíza Eliana dos Santos Alves Nogueira e com participação de atores com as mais diversas experiências, escolhidos de acordo com perfis necessários à solução (ênfatisado pela Excelentíssima Magistrada Daniela Macia Ferraz Giannini), além da presença da laboratorista contratada Sara Vieira, já que a instituição, naquele momento, ainda carecia de corpo técnico capacitado.

O Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal e Coordenador do Comitê Gestor Regional da Inovação, Samuel Hugo Lima, participante da primeira reunião, elogiou o grande interesse dos participantes. A servidora Lara de Paula Jorge esclareceu que, em um primeiro momento, foi feito um compromisso para participação em oito encontros, às sextas-feiras, das 9 horas ao meio-dia.

A Excelentíssima Juíza Daniela Macia Ferraz Giannini destacou, ainda, que o projeto JURISMENTOR está inscrito no prêmio referente a Meta 9 de 2023 e apresentou, também, o JURISDATA SCIENCE (pesquisa unificada de jurisprudência), tendo seu nascimento representado pela Excelentíssima Magistrada Ana Claudia Pires Ferreira de Lima, que agradeceu o apoio do Laboratório no desenvolvimento da ferramenta e o apoio do Desembargador Presidente do Tribunal, Samuel Hugo Lima e da Servidora Lara de Paulo Jorge, esclarecendo se tratar de um produto de pesquisa unificada da jurisprudência, contendo vários filtros, viabilizando a pesquisa em acórdãos, sentenças, despachos e decisões de todo o território nacional em uma única base de dados. Destacou que o JURISDATA SCIENCE ampliará o alcance da ferramenta Falcão, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, que realiza a mesma busca, contudo apenas no âmbito daquele Regional.

A Excelentíssima Magistrada Daniela Macia Ferraz Giannini teceu cumprimentos aos integrantes da Startup autora do projeto, que ficou entre os dez melhores projetos nacionais.

O Excelentíssimo Desembargador José Otávio Souza Ferreira indagou sobre a finalidade,

se se tratava de um instrumento de busca baseado em nossas ferramentas do Tribunal, sendo esclarecido pela Excelentíssima Magistrada Daniela Macia Ferraz Giannini que se trata de uma nova ferramenta que pesquisa a jurisprudência nacional diretamente no CODEX. A Excelentíssima Magistrada Ana Claudia Pires Ferreira de Lima ressaltou que hoje a grande dificuldade de se fazer uma pesquisa nacional é que o interessado tem que pesquisar no site de cada um dos diversos tribunais brasileiros, o que requer um imenso gasto de tempo e esta ferramenta possibilita a pesquisa unificada da jurisprudência de todos os tribunais brasileiros. Adiantou, ainda, que uma primeira versão está prevista para sair em três meses, com pesquisa em acórdãos e sentenças. A ferramenta seria alcançada através do sistema PJe ou pela Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ).

O Excelentíssimo Desembargador José Otávio Souza Ferreira ainda questionou acerca da possibilidade de filtro limitando o espaço temporal, sendo respondido afirmativamente pela Excelentíssima Magistrada Ana Claudia Pires Ferreira de Lima. O desembargador, então, elogiou e citou a existência de instrumentos desta finalidade em grandes organizações, como a IBM (International Business Machines Corporation).

A Excelentíssima Magistrada Mariana Cavarra Bortolon Varejão elogiou a iniciativa e enfatizou que promoveria, no âmbito do poder público, uma “paridade de armas”, já que as grandes empresas contratam serviços que disponibilizam a pesquisa ágil da jurisprudência de todos os tribunais do país, com diversos filtros, permitindo que algumas delas elaborem estratégias de conciliação voltadas para a construção da jurisprudência no sentido que lhes é favorável em uma prática que caracteriza litigância predatória.

Findada a explanação, a Excelentíssima Magistrada Daniela Macia Ferraz Giannini apresentou os desafios atuais, quais sejam: 1) difundir a cultura da inovação no Tribunal para além dos espaços onde está consolidada; 2) entregar os primeiros resultados com impacto na prestação jurisdicional; 3) consolidar o apoio da alta administração para projetos inovadores e colaborativos; e, por fim, 4) transformar o Tribunal Regional da 15ª Região em referência na Justiça do Trabalho nesta nova cultura de inovação. Ao final, apresentou uma fotografia com duas andorinhas lado a lado que representam a cidade de Campinas (“Cidade das Andorinhas”, nas palavras do Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal Samuel Hugo Lima) e o caráter colaborativo da cultura da inovação (“uma andorinha só não faz verão”, nas palavras do Excelentíssimo Magistrado Guilherme Guimarães Feliciano).

A Excelentíssima Magistrada Daniela Macia Ferraz Giannini pediu para que se constasse

em ata a sugestão para que a página do Laboratório na internet trouxesse informações sobre os robôs que estão sendo desenvolvidos em todos os Regionais do país.

O Excelentíssimo Desembargador José Otávio Souza Ferreira ponderou que as informações sobre o Laboratório de Inovação não deveriam se concentrar apenas na página do Laboratório, mas que a publicização também fosse realizada de outras formas, já que nem todos entrariam no referido *sítio*, como pelo envio de mensagens por Whatsapp ou e-mail, por exemplo. Então, a Excelentíssima Desembargadora Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza falou sobre a experiência positiva que tem tido com a utilização do aplicativo Whatsapp pela Corregedoria Regional deste Tribunal. Afirmou ter a impressão de haver um maior alcance que páginas de internet e e-mails. Finalizou no sentido de que não excluiria as demais maneiras de comunicação, já que cada magistrado e servidor recebe as informações de um jeito.

Outro ponto levantado pela Excelentíssima Desembargadora Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza foi a questão do desconhecimento do público interno das ferramentas disponibilizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Após, a Excelentíssima Magistrada Daniela Macia Ferraz Giannini explanou sobre o encontro ocorrido em Florianópolis, onde três outros Regionais manifestaram interesse de que os robôs que estão desenvolvendo fossem incorporados pelo EXE PJe. Destacou, ainda, que no Laboratório as soluções são construídas coletivamente, através das visões diferentes de vários agentes envolvidos ou impactados pelo problema, aproximando o Judiciário da sociedade, aproveitando para agradecer à servidora Lara de Paulo Jorge pelo trabalho e desempenho.

O Excelentíssimo Desembargador João Alberto Alves Machado pediu a palavra e sugeriu um trabalho a ser desenvolvido a respeito de critérios para a unificação de cálculos de liquidação. Sugestão aprovada e elogiada por todos os integrantes deste Comitê.

A Excelentíssima Desembargadora Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza fez uma defesa do PJe-Calc, lembrou que a ferramenta não tem sido utilizada pelos advogados, que conseguiram sua suspensão, mas apenas pelos peritos e magistrados. Citou, como exemplo de facilitação, o Tribunal Regional da 8ª Região, que já tem a sua inicial com o PJe-Calc, assim como o instrumento de defesa. E afirmou: “o PJe-Calc é bom; tem defeitos, mas, se não for usado, os defeitos nunca serão identificados e corrigidos. Eu, particularmente, acho que é uma boa ferramenta, sim; ajudaria muito, mas que os

advogados também deveriam usá-lo, acabando com essa infinidade de critérios e formas de apresentação, facilitando e muito a liquidação”.

O Excelentíssimo Magistrado Guilherme Guimarães Feliciano sugeriu um trabalho de informação/divulgação junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com as associações, sobre as vantagens de se utilizar o PJe-Calc.

O Excelentíssimo Desembargador José Otávio Souza Ferreira pediu a palavra e sugeriu, antes de qualquer ação afirmativa, conhecer da jurisprudência para a sua execução nos moldes do pensamento efetivo deste órgão.

A Excelentíssima Magistrada Daniela Macia Ferraz Giannini agradeceu a sugestão feita pelo Excelentíssimo Desembargador João Alberto Alves Machado para ser tratada pelo Laboratório.

Por fim, a servidora Iara Cristina Gomes destacou a importância dos encontros nacionais de inovação, como forma de troca de experiências e de se evitar o desenvolvimento concomitante entre os tribunais de uma mesma ferramenta, já que muitos temas são comuns. Com essa interação, cada Regional pode trabalhar em um determinado tema e no todo compartilhado, em um trabalho conjunto envolvendo as organizações.

O servidor Herbert Wittmann, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações, ao final, esclareceu que os robôs apresentados pelos outros três Regionais relacionam-se com o Exe PJe desenvolvido pela Corregedoria Regional em parceria com a Tecnologia da Informação deste Tribunal. Finalizou dizendo que vislumbra a possibilidade de uma parceria que beneficiará a todos.

Nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Desembargador Coordenador do Comitê Gestor Regional da Inovação, Samuel Hugo Lima, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 11h47min.

Ata preparada por	Carlos Eduardo Buzan Larica	Em	20/7/2023
Ata aprovada por	<ul style="list-style-type: none">- Desembargador Presidente e Coordenador do Comitê Gestor Regional de Inovação, Samuel Hugo Lima;- Juíza Coordenadora-Geral do Laboratório de Inovação, Daniela Macia Ferraz Giannini.	Em	25/7/2023